

INFORMAÇÃO PARA EDUCAÇÃO: os novos cenários para o ensino fundamental

EDUCATIONAL INFORMATION: new scenarios for basic education

Elisabeth Márcia Martucci¹

Resumo

A comunidade internacional tem se preocupado com a educação para o século XXI, tendo em vista o novo cenário social advindo da sociedade da informação. A educação fundamental tem sido considerada um “passaporte para a vida”, devendo desenvolver, em todas as pessoas, um corpo de conhecimentos essenciais e um conjunto mínimo de competências cognitivas, para que possam viver em ambientes saturados de informações e continuar aprendendo. Esta revisão aborda algumas políticas educacionais, no âmbito internacional, sobre a educação básica e seus reflexos no Brasil, assim como o papel estratégico da biblioteca escolar para o domínio das ferramentas e dos conteúdos da aprendizagem.

Palavras-chave

**INFORMAÇÃO PARA EDUCAÇÃO
POLÍTICAS EDUCACIONAIS
ENSINO FUNDAMENTAL
BIBLIOTECA ESCOLAR**

1 O CENÁRIO MUNDIAL

O novo cenário social deste final de século, advindo da revolução tecnológica e do processo de globalização das relações econômicas e culturais, fez com que a educação fosse revisitada em todos os países, em relação às suas finalidades e aos seus meios para formar pessoas capazes de enfrentar os múltiplos desafios do futuro.

O "Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI" (Delors *et al.*, 1998) é um documento que reflete o esforço internacional sobre a questão. Este documento expressa que a utopia educacional para o século XXI será a sociedade educativa, “*baseada na aquisição, atualização e utilização dos conhecimentos*”, consideradas como as três funções básicas do processo educativo.

¹ Professora Adjunto do Departamento de Ciência da Informação da Universidade de São Carlos. Doutora em Educação pela Universidade de São Carlos

*“Com a emergência revolucionária e espetacular da sociedade da informação, neste final de século, em que se multiplicam as possibilidades de acesso a dados e a fatos, a **educação** [grifo nosso] deve permitir que **todos** [grifo nosso] possam recolher, selecionar, ordenar, gerir e utilizar as mesmas informações”.* (ibid., p. 20-21).

As tecnologias de informação e comunicação “fizeram a humanidade entrar na era da comunicação universal”, colocando informações mais rigorosas e atualizadas à disposição de qualquer pessoa, em qualquer parte do mundo e permitindo uma interatividade “sem limite de distância ou tempo” (ibid., p. 39-40). Além disto, essa sociedade acentua a necessidade de aptidões intelectuais e cognitivas, a exigência de pessoas formadas para a inovação, “capazes de evoluir, de se adaptar a um mundo em rápida mudança e capazes de dominar essas transformações”. (ibid., p. 72).

A sociedade educativa baseia-se na ética da partilha de conhecimentos, buscando superar o maior risco da sociedade da informação: “a criação de novas rupturas e desequilíbrios”, ou seja, a “partilha desigual de conhecimentos e competências” (ibid., p. 65, 75) e para isto almeja:

*“fornecer a **todos** [grifo nosso], meios para dominar a proliferação de informações, mantendo sempre o **princípio de igualdade de oportunidades** [grifo nosso]. Trata-se de fazer com que os que têm mais necessidades, por serem mais desfavorecidos, possam beneficiar-se destes novos instrumentos de compreensão do mundo”.* (ibid., p. 66).

Deste modo, a sociedade educativa pretende conferir uma base igualitária de uma cidadania adaptada às sociedades de informação: cabe à educação desenvolver a capacidade de operação com massas de informações, habilidade necessária para a construção da competência evolutiva - a atualização contínua de saberes em um mundo de rápida evolução. Assim,

*“para poder dar resposta ao conjunto das suas missões, a educação deve organizar-se em torno de quatro aprendizagens fundamentais que, ao longo da vida, serão de algum modo, para cada indivíduo, os pilares do conhecimento: **aprender a conhecer**, isto é, adquirir os instrumentos da compreensão; **aprender a fazer**, a fim de agir sobre o meio envolvente; **aprender a viver juntos**, a fim de participar e cooperar com os outros em todas as atividades humanas; finalmente **aprender a ser**, via essencial que integra as três precedentes. É claro que estas quatro vias do saber constituem apenas uma, dado que existem entre elas múltiplos pontos de contato, de relacionamento, de permuta”.* (ibid., p. 89-90).

Aprender a conhecer significa o domínio dos instrumentos do conhecimento e não apenas de um repertório de saberes. “Aprender para conhecer supõe, antes de tudo, aprender a aprender, exercitando a atenção, a memória e o pensamento” (ibid., p. 92). Aprender a fazer é uma aprendizagem estritamente ligada à “questão da formação profissional” ou da educação para o trabalho, que hoje não é mais considerada pela noção de qualificação e sim pela noção de competência pessoal. Esta competência é uma “espécie de coquetel individual, combinando a qualificação, em sentido estrito,

adquirida pela formação técnica e profissional, o comportamento social, a aptidão para o trabalho em equipe, a capacidade de iniciativa, o gosto pelo risco”. (ibid., p. 94). Aprender a viver com os outros “representa um dos maiores desafios da educação, pois pretende desenvolver a compreensão do outro e a percepção das interdependências, realizar projetos comuns, preparar-se para gerir conflitos e respeitar os valores do pluralismo e da compreensão mútua”. (ibid., p. 96, 102). Aprender a ser significa que a pessoa deve ser preparada para “elaborar pensamentos autônomos e críticos e para formular os seus próprios juízos de valor, de modo a poder decidir, por si mesma, como agir nas diferentes circunstâncias da vida”. (ibid., p. 99).

A educação básica ou fundamental é considerada um “passaporte para a vida”, devendo desenvolver um corpo de conhecimentos essenciais e “um conjunto mínimo de competências sobre os principais domínios das aptidões cognitivas”. (ibid., p. 126). “Generalizar o acesso à educação básica de qualidade continua a ser um dos grandes desafios do século XXI” e a Conferência de Jomtien (Conferência Mundial de Educação para Todos, Jomtien, Tailândia, de 5-9 de março de 1990) constituiu-se em um compromisso da comunidade internacional em reafirmar a necessidade de que “*todos dominem os conhecimentos indispensáveis à compreensão do mundo em que vivem*”, recomendando o empenho de todos os países participantes em sua melhoria (ibid., p. 123). Essa conferência é um marco político e conceitual da educação fundamental e foi convocada em conjunto pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), pelo Programa das Nações Unidas para a Educação (PNUD), pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e pelo Banco Mundial (BM) e resultou na aprovação de dois documentos: a "Declaração Mundial sobre Educação para Todos" e o "Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem", proclamadas:

“Relembrando que a educação é um direito fundamental de todos, mulheres e homens, de todas as idades, no mundo inteiro;

Entendendo que a educação pode contribuir para conquistar um mundo mais seguro, mais sadio, mais próspero e ambientalmente mais puro, e que, ao mesmo tempo, favoreça o progresso social, econômico e cultural, a tolerância e a cooperação internacional;

Sabendo que a educação, embora não seja condição suficiente, é de importância fundamental para o progresso pessoal e social;

Reconhecendo que o conhecimento tradicional e o patrimônio cultural têm utilidade e valor próprios, assim como a capacidade de definir e promover o desenvolvimento;

Admitindo que, em termos gerais, a educação que hoje é ministrada apresenta graves deficiências, que se faz necessário torná-la mais relevante e melhorar sua qualidade, e que ela deve estar universalmente disponível;

Reconhecendo que uma educação básica adequada é fundamental para fortalecer os níveis superiores de educação e de ensino, a formação científica e tecnológica e, por conseguinte, para alcançar um desenvolvimento autônomo; e

Reconhecendo a necessidade de proporcionar às gerações presentes e futuras uma visão abrangente de educação básica e um

renovado compromisso a favor dela, para enfrentar a amplitude e a complexidade do desafio”. (UNICEF, 1991, p. 2).

Com a conferência, ficou consolidado o conceito de necessidades básicas de aprendizagem, assim considerada:

“Cada pessoa - criança, jovem ou adulto - deve estar em condições e aproveitar as oportunidades educativas voltadas para satisfazer suas necessidades básicas de aprendizagem. Essas necessidades compreendem tanto os instrumentos essenciais para a aprendizagem (como a leitura e a escrita, a expressão oral, o cálculo, a solução de problemas), quanto os conteúdos básicos da aprendizagem (como conhecimentos, habilidades, valores e atitudes), necessários para que os seres humanos possam sobreviver, desenvolver plenamente suas potencialidades, viver e trabalhar com dignidade, participar plenamente do desenvolvimento, melhorar a qualidade de vida, tomar decisões fundamentadas e continuar aprendendo”. (ibid., p. 3).

Como tão bem explicita Mello (1994, p. 40-41, 43), os instrumentos de aprendizagem são os chamados *códigos da modernidade*, necessários para “viver e conviver em sociedades de informação”, nas quais o conhecimento passa a ser fator decisivo. Os conteúdos básicos de aprendizagem privilegiam o domínio em profundidade de conhecimentos básicos, diminuindo o volume de informações específicas na formação; entretanto, enfatizam objetivos cognitivos bastante ambiciosos, “de modo a desenvolver capacidades cognitivas de nível superior que o processo de aquisição do conhecimento deve proporcionar”. Essas habilidades cognitivas constituem “condição indispensável para que todas as pessoas consigam conviver em ambientes saturados de informações e tenham capacidade para processá-las, selecionar o que é relevante e continuar aprendendo”.

Torres (1994, p. 62) diz que “sob a denominação ferramentas essenciais da aprendizagem, acrescenta-se em outros documentos da Conferência, questões tais como ‘o manuseio de computadores, o uso de bibliotecas e a capacidade para interpretar mensagens transmitidas pelo rádio, a televisão e os sistemas de informação que surgem na atualidade’”. Este enfoque ficou registrado na “Declaração Mundial sobre Educação para Todos”, quando expressa que as bibliotecas e os outros meios de comunicação “podem ser mobilizados em todo seu potencial, a fim de satisfazer as necessidades de educação básica para todos”. (UNICEF, *op.cit.*, p. 6).

Também no "Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem", as bibliotecas são referenciadas como “*inestimáveis fontes de informação: ...devem constituir-se elo essencial no processo de provisão de recursos educativos a todos os educandos - da infância à idade adulta - tanto nos meios escolares quanto não escolares*”. (*ibid.*, p. 11).

O "Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI" (Delors *et al*, *op.cit.*, p. 27) também defende “*que se deve dotar o sistema educativo dos meios necessários a uma educação de qualidade, em quantidade e em qualidade, quer clássicos - como os livros - quer modernos - como as tecnologias de informação*”. Ao mesmo tempo, adverte

“que o desenvolvimento das tecnologias, longe de se efetuar em detrimento ao texto escrito, restitui-lhe um papel essencial, e que o livro já não sendo o único instrumento pedagógico, não deixa de ocupar um lugar central no ensino: continua a ser o suporte mais fácil de manejar e mais econômico, ilustra os ensinamentos do professor, permitindo que o aluno reveja os seus conhecimentos e adquira autonomia”. (ibid., p. 192).

Cabe também referenciar a atuação do Banco Mundial em relação à educação básica: *“um banco internacional, que se transformou, nos últimos anos, no organismo com maior visibilidade no panorama educativo, ocupando, em grande parte, o espaço tradicionalmente conferido a UNESCO, a agência das Nações Unidas especializada em educação”.* (Torres, 1998, p. 126). O Banco Mundial apresenta uma *“proposta articulada - uma ideologia e um pacote de medidas - para melhorar o acesso, a equidade e a qualidade dos sistemas escolares, particularmente do ensino de primeiro grau, nos países em desenvolvimento”.* (loc. cit.). Esta ênfase no ensino fundamental foi consequência da "Conferência Mundial sobre Educação para Todos", que *“definiu a educação básica como prioridade para esta década e a educação de 1º grau como o ‘carro-chefe’ no alcance da referida educação básica (ibid., p. 129).*

A prioridade depositada sobre a educação básica é assim expressa:

“A educação é a pedra angular do crescimento econômico e do desenvolvimento social e um dos principais meios para melhorar o bem estar dos indivíduos... O ensino de primeiro grau é a base e sua finalidade fundamental é dupla: produzir uma população alfabetizada e que possua conhecimentos básicos de aritmética capaz de resolver problemas no lar e no trabalho, e servir de base para sua posterior educação”. (BM, 1992 apud Torres, op. cit., p. 131).

“A educação básica proporciona o conhecimento, as habilidades e as atitudes essenciais para funcionar de maneira efetiva na sociedade sendo, portanto, uma prioridade em todo lugar. Esses atributos de competência incluem um nível básico de competência em áreas gerais tais como habilidades verbais, computacionais, comunicacionais, e a resolução de problemas. Em geral, esse nível básico inclui cerca de oito anos de escolaridade”. (BM, 1995 apud Torres, loc. cit.).

O pacote do Banco Mundial inclui a melhoria da qualidade e da eficiência da educação como eixo da reforma educativa, expressando que *“a qualidade da educação de primeiro grau em um país deve ser apreciada a partir do aprendizado de todas as suas crianças”.* É preciso garantir que um maior número delas completem o primeiro grau dominando aquilo que foi ensinado. Esta qualidade educativa *“seria o resultado da presença de determinados ‘insumos’ que intervêm na escolaridade”* e para a escola de primeiro grau são considerados nove fatores como determinantes de um aprendizado efetivo, na seguinte ordem de priorização: *“(1) bibliotecas [grifo nosso]; (2) tempo de instrução; (3) tarefas de casa; (4) livros didáticos; (5) conhecimentos do professor; (6) experiência do professor; (7) laboratórios; (8) salário do professor; (9) tamanho da classe”.* (Torres, op. cit., p. 134).

Desta forma, a biblioteca é considerada um insumo prioritário, mas perde sua significação quando o Banco Mundial recomenda aos países em desenvolvimento priorizar, em termos de políticas e de alocação de recursos, três deles: o tempo de instrução, os livros didáticos e o conhecimento dos professores.

As críticas feitas por Torres (*ibid.*, p. 140) em relação à proposta do Banco Mundial são as seguintes: a educação é vista com critérios de mercado, a escola é comparada a uma empresa, o ensino resume-se a um conjunto de insumos e a aprendizagem é vista como resultado desses insumos. Cada um deles é valorizado em separado e priorizado ou não em virtude de sua incidência sobre a aprendizagem e seu custo. Assim, prioriza-se o livro didático, de alta incidência e baixo custo, sobre a biblioteca escolar, de alta incidência e de alto custo. Como diz Torres (*ibid.*, p. 159): *“embora a biblioteca ocupe o primeiro lugar conforme o esquema de priorização de insumos para o ensino de 1o. grau considerado pelo BM, o livro didático - e não a biblioteca - está em primeiro lugar nas recomendações do BM para os países em desenvolvimento”*.

Mas, muitos estudos, alguns promovidos pelo próprio Banco Mundial, revelam que *“na qualidade da aprendizagem incide a quantidade e variedade do material de leitura”*, contrariando a recomendação prioritária de investimento no livro didático. É o caso do estudo de Farrell & Heyneman, de 1989 (*apud* Torres, *op. cit.*, p. 159), que ressalta a importância da biblioteca em comparação com o livro didático:

“ao confrontar a disponibilidade de livros em vários países, os autores concluem que a presença de um só ou de muitos livros determina estilos e qualidades muito diferentes de ensino e aprendizagem, das aprendizagens decoradas e passivas (características dos sistemas escolares dos países em desenvolvimento) até o domínio de habilidades cognitivas e o desenvolvimento de hábitos autogerados de estudo”.

Os resultados indicam que 1 livro por sala de aula (custo anual de US\$ 1) resulta em memorização; 1 livro por aluno (custo anual de US\$ 3) resulta em boa exposição à informação; vários livros por sala de aula (custo anual de US\$ 40) resultam no domínio de habilidades cognitivas; 40 livros por aluno (custo anual de US\$ 200) resultam em hábitos de estudo autogerados.

Tal conclusão de pesquisa indica que, apesar da priorização do Banco Mundial ao livro didático, os países em desenvolvimento devem ter como meta, em suas políticas educacionais, a ampliação do material de leitura e o desenvolvimento das bibliotecas escolares como um meio dos alunos alcançarem o domínio das habilidades cognitivas e a aquisição pessoal ou autogerada de hábitos de estudo.

Finalmente, cabe referenciar o "Manifesto da Biblioteca Escolar", em elaboração pela UNESCO. A última minuta, sua 4a. versão, foi divulgada na 64a. Conferência Geral da IFLA, realizada em agosto de 1998 (disponível em www.ifla.org), adotando o termo "biblioteca escolar" para abarcar a variedade de termos empregados por diferentes países: centro de informação, centro de documentação, centro de recursos, centro de meios/mídia, centro de aprendizagem. Em sua introdução são incluídos, como suporte teórico, os dois documentos analisados neste referencial, a "Declaração Mundial sobre Educação para Todos" e o "Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI":

“A ‘Declaração Mundial sobre Educação para Todos’ enfatiza o direito de crianças e jovens do mundo inteiro a terem acesso às ‘ferramentas essenciais para a aprendizagem’ (leitura e escrita, expressão oral, cálculo e solução de problemas), bem como aos ‘conteúdos básicos de aprendizagem’ (conhecimentos, habilidades, valores e atitudes) ...

Para o acesso à informação e às idéias, para o treinamento no uso de serviços de informação e para o ensino de habilidades de manuseio da informação é fundamental estabelecer os ‘quatro pilares da educação’ descritos no relatório Educação: um tesouro a descobrir: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver com os outros e aprender a ser.

O propósito deste manifesto é definir e promover o papel das bibliotecas escolares em capacitar os estudantes na aquisição das ferramentas e dos conteúdos da aprendizagem, para que possam sobreviver, desenvolver plenamente suas capacidades, tomar decisões fundamentadas e continuar aprendendo”.

A missão declarada da biblioteca escolar é “*apoiar o processo educacional*” e os seguintes pontos constituem suas funções, que serão alcançadas pelo desenvolvimento de políticas e programas; pela seleção e aquisição de recursos; pelo fornecimento do acesso físico e intelectual às apropriadas fontes de informação; pelo fornecimento de oportunidades instrucionais e pelo emprego de pessoal capacitado:

- “• apoiar e fortalecer as metas educacionais como delineado na missão e no currículo da escola;*
- desenvolver e apoiar o hábito e o prazer pela leitura e pela aprendizagem ao longo da vida das crianças;*
- oferecer oportunidades para experiências na criação e uso da informação para conhecimento, compreensão, imaginação e prazer;*
- apoiar todos os estudantes na aprendizagem e na prática das habilidades requeridas para o uso da informação, independentemente da forma, formato ou meio, inclusive sensibilizando-as para a tradição oral;*
- prover um centro de informação escolar que forneça acesso a fontes e oportunidades locais, nacionais e globais, com exposição dos estudantes às diversas idéias, experiências e opiniões;*
- organizar atividades que encorajem a consciência social e cultural e a sensibilidade;*
- possuir um quadro de pessoal treinado em serviços de informação e educação que, como membros reconhecidos pela comunidade escolar, trabalhem com estudantes, professores, administradores e pais para alcançar a missão da escola;*
- proclamar o conceito de que a liberdade intelectual e o acesso irrestrito à informação são essenciais para a cidadania responsável e efetiva e para a participação democrática”.*

Em relação ao bibliotecário escolar, o manifesto também justifica a adoção desta terminologia para abarcar as demais: professor-bibliotecário, especialista em

meios/mídia, professor-documentalista, tecnólogo de informação e especialista em informação. Reconhece que seu papel é variável, na dependência das condições contextuais nacionais e locais, mas declara que existem três áreas gerais de conhecimento que são vitais para sua formação e ação profissional:

- *conhecimento da área de biblioteconomia e informação: essencial para a seleção, organização e uso dos registros sociais de informação e idéias;*
- *conhecimento de administração: responsabilidade para a administração e gerenciamento cotidiano da biblioteca escolar e de seu pessoal;*
- *conhecimento de educação: necessário para trabalhar com os professores, participando da aprendizagem dos alunos: como aprender, como fazer e como trabalhar com os outros.*

2 O CENÁRIO NACIONAL

Como participante da "Conferência Mundial de Educação para Todos", o Brasil assumiu o compromisso de elaborar seu plano decenal de educação, tendo como base os documentos oficiais aprovados no evento. Assim, em 1993, o Ministério da Educação e do Desporto tornou público o "Plano Decenal de Educação para Todos", afirmando que:

“Os compromissos que o governo brasileiro assume, de garantir a satisfação das necessidades básicas de educação de seu povo, expressam-se no PLANO DECENAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS, cujo objetivo mais amplo é assegurar, até o ano 2003, a crianças, jovens e adultos, conteúdos mínimos de aprendizagem que atendam a necessidades elementares da vida contemporânea”. (MEC, 1993, p. 12-13).

O plano expressa sete objetivos gerais de desenvolvimento da educação básica (*ibid.*, p. 37-43):

1. *satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem das crianças, jovens e adultos, provendo-lhes as competências fundamentais requeridas para a participação na vida econômica, social, política e cultural do país, especialmente as necessidades do mundo do trabalho;*
2. *universalizar, com equidade, as oportunidades de alcançar e manter níveis apropriados de aprendizagem e desenvolvimento;*
3. *ampliar os meios e o alcance da educação básica;*
4. *favorecer um ambiente adequado à aprendizagem;*
5. *fortalecer os espaços institucionais de acordos, parcerias e compromisso;*
6. *incrementar os recursos financeiros para manutenção e para investimentos na qualidade da educação básica, conferindo maior eficiência e equidade em sua distribuição e aplicação;*

7. *estabelecer canais mais amplos e qualificados de cooperação e intercâmbio educacional e cultural de caráter bilateral, multilateral e internacional*”.

No detalhamento desses objetivos, cabe destacar as competências cognitivas e sociais esperadas: no domínio cognitivo, habilidades de comunicação e expressão oral e escrita, de cálculo e raciocínio lógico, criatividade, capacidade decisória, solução de problemas e de saber como aprender; no domínio da sociabilidade, atitudes responsáveis, autodeterminação, respeito ao próximo e ética nas relações pessoais e grupais.

No que tange à biblioteca escolar, ela parece estar incluída, implicitamente, no segundo e no terceiro objetivos, que *“expressam a intenção de assegurar padrões básicos de provisão de ambiente físico, de recursos e de tecnologias instrucionais para o desenvolvimento de processos de ensino de boa qualidade e de enriquecer o acervo de recursos e tecnologias de apoio à escola e aos professores e dirigentes*”. Mas, deixa dúvida quando afirma que *“para ampliar os meios da educação básica objetiva disseminar meios de informação e comunicação, em apoio às redes escolares”*, onde são incluídas as bibliotecas. (*ibid.*, p. 38-39). Esta ambigüidade acaba ficando mais clara, quando o plano enfatiza o desenvolvimento da leitura e da escrita, como uma ação a ser intensificada, nos termos abaixo:

“Tendo como pressuposto básico que o domínio da leitura e escrita constitui a base para se assegurar o êxito dos alunos no ensino fundamental e, conseqüentemente, o exercício pleno de sua cidadania, ações vêm sendo desenvolvidas pelo MEC, em parceria com os sistemas estaduais e municipais de ensino, com vistas à promoção da lecto-escritura na escola, de forma articulada à Política Nacional de Incentivo à Leitura - PROLER, coordenada pela Fundação Biblioteca Nacional.

Neste sentido, cabe destacar, ao lado dos programas sistemáticos da Fundação de Assistência ao Estudante - Programa Nacional do Livro Didático, de Salas de Leitura e de Biblioteca do Professor - a implantação pela Secretaria de Educação Fundamental, com a cooperação do Governo Francês, do Projeto Pró-Leitura na Formação dos Professores para a Educação Fundamental, que objetiva elevar a qualidade da formação profissional dos docentes, mediante a estreita integração entre sua formação teórica e prática.

Para desenvolver a prática diária do ler, do escrever e do dizer, o Pró-Leitura busca instrumentalizar professores e alunos de instituições de formação de professores de nível médio e superior e de escolas de aplicação (pré-escolar e ensino fundamental) mediante a realização de seminários, oficinas de trabalho, reuniões técnicas e, sobretudo, através do apoio à organização e dinamização das salas de leitura e bibliotecas escolares”. (*ibid.*, p. 61)

A política educacional estabelecida no plano enfatiza, prioritariamente, a promoção da leitura, através da distribuição de materiais e apenas expressa o apoio à organização e dinamização das salas de leitura e bibliotecas escolares. Assim, está explicitado que aos professores cabe o desenvolvimento das atividades, mas nada é referenciado sobre os materiais: sua organização, armazenamento e controle.

A Lei Nº9.394, aprovada em 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, define os níveis escolares da educação no país e considera a educação básica como o primeiro nível, sendo formada pela educação infantil, pelo ensino fundamental e pelo ensino médio. Seu Artigo 32 refere-se aos objetivos do ensino fundamental e expressa (*ibid.*, p. 27):

“O ensino fundamental, com duração mínima de oito anos, obrigatório e gratuito na escola pública, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:

I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;

IV - o fortalecimento dos vínculos com a família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social”;

Os currículos do ensino fundamental possuem uma base nacional comum, que abrange as seguintes áreas de conhecimento: Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia, Ciências Naturais, Educação Física e Artes.

Em 1997, o Ministério da Educação e do Desporto apresentou os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental (de 1ª a 4ª série), publicados em 10 volumes, que constituem um referencial de qualidade para o ensino fundamental no país. Sua função é

“orientar e garantir a coerência dos investimentos no sistema educacional, socializando discussões, pesquisas e recomendações, subsidiando a participação de técnicos e professores brasileiros, principalmente daqueles que se encontram mais isolados, com menor contato com a produção pedagógica atual”. (MEC/SEF, 1997, v. 1, p. 13).

Eles configuram uma proposta flexível, a ser concretizada nas decisões regionais e locais sobre currículos e sobre programas de transformação da realidade educacional empreendidos pelas autoridades governamentais, pelas escolas e pelos professores. Portanto, não correspondem a um modelo curricular homogêneo e impositivo: são proposições referenciais para a organização do ensino no país.

Em seu histórico é referenciada a participação do Brasil na "Conferência Mundial de Educação para Todos" e a conseqüente elaboração do "Plano Decenal de Educação para Todos" (1993-2003), considerado *“um conjunto de diretrizes políticas voltado para a recuperação da escola fundamental”*. Este plano expressava a necessidade de *“elaboração de parâmetros claros no campo curricular capazes de orientar as ações educativas do ensino obrigatório”*, em atendimento à disposição contida na Constituição de 1988. Da mesma forma, é lembrada a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que *“consolida e amplia o dever do poder público para*

com o ensino fundamental” e que incumbe à União a formulação de um “conjunto de diretrizes capaz de nortear os currículos e seus conteúdos mínimos”. (*ibid.*, p. 14-15).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais indicam os seguintes objetivos para o ensino fundamental (*ibid.*, p. 107-108):

- *compreender a cidadania como participação social e política, assim como exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, adotando, no dia-a-dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito;*
- *posicionar-se de maneira crítica, responsável e construtiva nas diferentes situações sociais, utilizando o diálogo como forma de mediar conflitos e de tomar decisões coletivas;*
- *conhecer características fundamentais do Brasil nas dimensões sociais, materiais e culturais como meio de construir progressivamente a noção de identidade nacional e pessoal e de sentimento de pertinência do país;*
- *conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como aspectos socioculturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais;*
- *perceber-se integrante, dependente e agente transformador do ambiente, identificando seus elementos e as interações entre eles, contribuindo ativamente para a melhoria do meio ambiente;*
- *desenvolver o conhecimento ajustado de si mesmo e o sentimento de confiança em suas capacidades afetiva, física, cognitiva, ética, estética, de inter-relação pessoal e de inserção social, para agir com perseverança na busca de conhecimento e no exercício da cidadania;*
- *conhecer e cuidar do próprio corpo, valorizando e adotando hábitos saudáveis como um dos aspectos básicos da qualidade de vida e agindo com responsabilidade em relação à sua saúde e à saúde coletiva;*
- *utilizar diferentes linguagens - verbal, matemática, gráfica, plástica e corporal - como meio de produzir, expressar e comunicar suas idéias, interpretar e usufruir das produções culturais, em contextos públicos e privados, atendendo diferentes intenções e situações de comunicação;*
- *saber utilizar diferentes fontes de informação e recursos tecnológicos para adquirir e construir conhecimentos;*
- *questionar a realidade formulando-se problemas e tratando de resolvê-los, utilizando para isso o pensamento lógico, a criatividade, a intuição, a capacidade de análise crítica, selecionando procedimentos e verificando sua adequação”.*

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais, o conhecimento escolar é organizado nas sete áreas de conhecimento e em cada uma são apresentados: sua caracterização, seus objetivos, seus blocos de conteúdo, seus critérios de avaliação e as referentes orientações didáticas. Os objetivos se definem em termos de “capacidades de ordem cognitiva, física, afetiva, de relação interpessoal e inserção social, ética e estética” (*ibid.*, p. 67), o conteúdo como “meio para que os alunos desenvolvam as capacidades”

(*ibid.*, p. 73), a avaliação como “*um conjunto de atuações que tem a função de alimentar, sustentar e orientar a intervenção pedagógica*” (*ibid.*, p. 81) e as orientações didáticas como “*subsídios à reflexão sobre como ensinar, enfocando fundamentalmente a intervenção do professor na criação de situações de aprendizagem*”. (*ibid.*, p. 93).

As problemáticas sociais foram integradas na proposta educacional dos Parâmetros Curriculares Nacionais como Temas Transversais (Ética, Saúde, Meio Ambiente, Pluralidade Cultural e Orientação Sexual), indicando a “*metodologia proposta para sua inclusão no currículo e seu tratamento didático*”. (MEC/SEF, 1997, v. 8, p. 29). Esses temas escolhidos são assim justificados (*ibid.*, p. 30-31):

“Muitas questões sociais poderiam ser eleitas como temas transversais, uma vez que o que os norteia, a construção da cidadania e a democracia, são questões que envolvem múltiplos aspectos e diferentes dimensões da vida social. Foram então estabelecidos os seguintes critérios para defini-los e escolhê-los: urgência social, abrangência nacional, possibilidade de ensino e aprendizagem no ensino fundamental, favorecer a compreensão da realidade e a participação social.

Por tratarem de questões sociais, os Temas Transversais têm natureza diferente das áreas convencionais e sua complexidade faz com que nenhuma das áreas seja suficiente para abordá-los; ao contrário atravessam os diferentes campos do conhecimento”.

Por isso, optou-se por integrá-las por meio do que se chama de *transversalidade*:

“pretende-se que esses temas integrem as áreas convencionais de forma a estarem presentes em todas elas, relacionando-as às questões da atualidade. As áreas convencionais devem acolher as questões dos Temas Transversais de forma que seus conteúdos as explicitem e seus objetivos sejam contemplados”. (*ibid.*, p. 36-37).

O tema Ética diz respeito “*às reflexões sobre as condutas humanas e a questão central das preocupações éticas é a da justiça, entendida como inspirada pelos valores de igualdade e equidade, fazendo parte dos objetivos maiores da escola comprometida com a formação para a cidadania*”. (*ibid.*, p. 31-32). O tema Pluralidade Cultural enfatiza que “*para viver democraticamente em uma sociedade plural é preciso respeitar os diferentes grupos e culturas que a constituem, conhecer a riqueza representada pela diversidade etnocultural que compõe o patrimônio sociocultural brasileiro*”. O tema Meio Ambiente preocupa-se com a “*reflexão sobre as relações socioeconômicas e ambientais, para alcançar o crescimento cultural, a qualidade de vida e o equilíbrio ambiental*”. O tema Saúde dá ênfase na “*formação dos cidadãos para uma vida saudável, capazes de valorizar a saúde, discernir e participar de decisões relativas à saúde individual e coletiva, motivados para o autocuidado e para a compreensão da saúde como direito e responsabilidade pessoal e social*”. O tema Orientação Sexual é entendido como um “*processo de intervenção pedagógica que tem como objetivo transmitir informações e problematizar questões relativas à sexualidade, incluindo posturas, crenças, tabus e valores a ela associados*”. (*ibid.*, p. 31-35).

Na área de Língua Portuguesa, “*as bibliotecas - escolar e de classe*”- são consideradas *fundamentais* para o que é proposto no documento: os principais recursos

didáticos para o trabalho pedagógico na área são “os textos autênticos” (MEC/SEF, 1997, v. 2, p. 91-92):

“Na biblioteca escolar é necessário que sejam colocados à disposição dos alunos textos dos mais variados gêneros, respeitados os seus portadores: livros de contos, romances, poesia, enciclopédias, dicionários, jornais, revistas (infantis, em quadrinhos, de palavras cruzadas e outros jogos), livros de consulta das diversas áreas do conhecimento, almanaques, revistas de literatura de cordel, textos gravados em áudio e em vídeo, entre outros. Além dos materiais impressos que se pode adquirir no mercado, também aqueles que são produzidos pelos alunos - produtos dos mais variados projetos de estudo - podem compor o acervo da biblioteca escolar: coletâneas de contos, trava-línguas, piadas, brincadeiras e jogos infantis, livros de narrativas ficcionais, dossiês sobre assuntos específicos, diários de viagens, revistas, jornais, etc.

A biblioteca de classe não precisa ser excessivamente ampla no que se refere ao número de volumes disponíveis. Ao contrário, é preciso que a variedade de materiais e títulos esteja garantida, o que permite uma diversificação de leitura aos alunos. Também é possível que se tenha, em algumas situações, um volume para cada aluno de um único título: nesse caso é preciso que se tenha propostas de trabalho que justifiquem esta opção. Do acervo da classe também podem constar produções dos próprios alunos”.

É absolutamente questionável que a responsabilidade pela biblioteca seja atribuída principalmente ao professor (ou genericamente à escola), como está expresso no texto abaixo (*ibid.*, p. 92):

“O papel da escola (e principalmente do professor) é fundamental, tanto no que se refere à biblioteca escolar quanto à de classe, para a organização de critérios de seleção de material impresso de qualidade e para a orientação de alunos, de forma a promover a leitura autônoma, a aprendizagem de procedimentos de utilização de bibliotecas (empréstimo, seleção de repertório, utilização de índices, consulta a diferentes fontes de informação, seleção de textos adequados às suas necessidades, etc), e a constituição de atitudes de cuidado e conservação do material disponível para consulta. Além disso, a organização do espaço físico - iluminação, estantes e disposição dos livros, agrupamento dos livros no espaço disponível, mobiliário, etc. - deve garantir que todos os alunos tenham acesso ao material disponível. Mais do que isso: deve possibilitar ao aluno o gosto por frequentar aquele espaço e, dessa forma, o gosto pela leitura”.

Uma só razão impede a aceitação dessa assertiva: a ambiência da biblioteca escolar refere-se a uma área especializada de conhecimento, de formação superior e de atuação profissional e a qualidade almejada para a educação fundamental não pode ser baseada em improvisações dessa natureza. Resgatando as palavras de Martucci (1998, p.

9), podem existir algumas similaridades entre a prática profissional do professor e a prática profissional do bibliotecário, que devem ser encaradas de maneira relativizada, na medida em que cada uma possui as especificidades inerentes a cada profissão:

“O cerne da profissão docente está na transmissão do conhecimento ou do conjunto de saberes sociais e no caráter especializado da ação educativa nos processos de formação e aprendizagem socialmente elaborados e destinados a instruir os membros da sociedade: um professor é, antes de tudo, alguém que sabe alguma coisa e cuja função consiste em transmitir esse saber a outros. os professores são "profissionais do ensino", possuidores de um conjunto de conhecimentos e técnicas necessário ao exercício qualificado da profissão docente e as práticas didáticas constituem o conteúdo da profissionalidade docente num sentido técnico e restrito”.

Por seu lado, os bibliotecários são "profissionais da informação", possuidores de um conjunto de conhecimentos e técnicas necessário ao exercício qualificado da atividade bibliotecária, baseadas no ciclo de transferência de informação: construção, comunicação e uso social da informação, no caso, a informação para o ensino fundamental. Desta forma, o texto dá um enfoque unidirecional à questão da biblioteca escolar, privilegiando a ação docente do professor e ignorando a ação bibliotecária, quando a literatura reforça a atuação conjunta dos dois profissionais para a formação dos alunos.

Assim, parece que as atuais políticas públicas nacionais não serão capazes de reverter o quadro atual das bibliotecas escolares: o Censo Educacional do MEC, realizado em 1997 e concluído em 1998, constata a existência de bibliotecas em apenas 19,6% das unidades escolares públicas e privadas do país (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio), de acordo com matéria publicada na Folha de S. Paulo (Dimenstein & Avancini, 1998, Cotidiano, p. 6). Nas palavras dos jornalistas: *“a constatação é a de que as mais elementares conquistas práticas do século 19 ainda não foram plenamente absorvidas no cotidiano do ensino brasileiro”.*

É certo que as políticas nacionais interferem nos sistemas estaduais e municipais de ensino, mas estes sistemas podem colaborar para a reversão da situação diagnosticada, como vem ocorrendo em alguns casos, tanto com financiamento próprio como com financiamento externo.

Em relação à segunda alternativa, De Tommasi (1998, p. 212) analisa os projetos em implementação no país, financiados pelo Banco Mundial no setor educacional: São Paulo, Paraná, Minas Gerais, Espírito Santo, Nordeste II e Nordeste III. Vale destacar o projeto Pró-Qualidade - Melhoria da Educação Básica no Estado de Minas Gerais, que fez uma opção mais significativa pela ampliação do material de leitura: cantinhos de leitura (cada uma das 28 mil salas de aula de 1ª a 4ª série terá um cantinho de leitura com 35 livros) e bibliotecas escolares (pequenas bibliotecas para cada uma das 4 mil escolas de 5ª a 8ª série), apesar da priorização ao livro didático, como recomenda o órgão financiador. Foram destinados US\$ 121,6 milhões ao sub-projeto "Fornecimento de Materiais de Ensino-Aprendizagem", assim distribuídos: suprimento de livros didáticos - US\$ 53,7 milhões; organização de cantinhos de leitura e bibliotecas escolares - US\$ 32,7 milhões; fornecimento de materiais pedagógicos - US\$ 30,7 milhões.

Abstracts

Education for the twenty-first century has been a question of priority for the international community, taking into account the new social settings arising from the information society. Basic education has been considered as “a passport for life”, through which a body of essential knowledge and a minimum set of cognitive competencies should be developed in all people, in order to permit them to live in environments rich in information and to be able to continue learning. This article includes discussion of international policies on basic education and their effects in Brazil, as well as the strategic role of school libraries for the command of learning tools and contents.

Keywords

**INFORMATION FOR EDUCATION
EDUCATIONAL POLICIES
BASIC EDUCATION
SCHOOL LIBRARY**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. *Plano Decenal de Educação para Todos: 1993-2003*. Brasília, 1993.
- _____. *Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais*. Brasília, 1997. v. 1.
- _____. *Parâmetros curriculares nacionais: língua portuguesa*. Brasília, 1997. v. 2.
- _____. *Parâmetros curriculares nacionais: apresentação dos temas transversais /e/ Ética*. Brasília, 1997. v. 8.
- DELORS, Jacques et al. *Educação: um tesouro a descobrir: relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI*. São Paulo: Cortez, Brasília: MEC: UNESCO, 1998.
- DE TOMMASI, Livia. Financiamentos do Banco Mundial no setor educacional brasileiro: os projetos em fase de implementação. In: DE TOMMASI, Livia, WARDE, Mirian Jorge, HADDAD, Sérgio (Org.). *O Banco Mundial e as políticas educacionais*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1998. p. 195-227.
- DIMENSTEIN, Gilberto, AVANCINI, Marta. Faltam água, luz e telefone nas escolas. *Folha de S. Paulo*, 16 set. 1998. Cotidiano, p. 6.
- FUNDAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA. *Declaração Mundial sobre Educação para Todos e Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem: Conferência Mundial sobre Educação para Todos*, Jomtien, Tailândia, 5 a 9 de março de 1990. Brasília, 1991.
- LEI Darcy Ribeiro (Lei nº 9.394, de 1996.) *Carta*, Brasília, n. 18, p. 17-43, 1997. Separata.
- MARTUCCI, Elisabeth Márcia. *O conhecimento prático do bibliotecário de referência*. São Carlos, 1998. Tese (Doutorado em Educação) - Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos

MELLO, Guiomar Namó de. *Cidadania e competitividade: desafios educacionais do terceiro milênio*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

TORRES, Rosa María. *Que (e como) é necessário aprender?* Campinas: Papirus, 1994.

_____. Melhorar a qualidade da educação básica?: as estratégias do Banco Mundial. In: DE TOMMASI, Livia, WARDE, Mirian Jorge, HADDAD, Sérgio (org.). *O Banco Mundial e as políticas educacionais*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1998. p.125-193.